

Política

A crise econômica e os erros do passado

Informa de Londres o correspondente do Jornal de Brasília que os banqueiros internacionais estão irritados com os sucessivos e constantes pedidos de empréstimos originários de autoridades brasileiras. O dinheiro, urgente e necessário para fechar o balanço deste desastroso 1982, ainda está retido nos cofres daquelas instituições, aguardando o parecer final dos técnicos do Fundo Monetário Internacional, que estão em Brasília verificando minuciosamente as contas brasileiras.

A irritação dos banqueiros com a insistência brasileira em obter novos créditos e o trabalho técnico dos funcionários do Fundo Monetário Internacional configuram uma situação tão clara, que o mínimo a dizer é que o sonho acabou. Acabou o delírio de fazer com poupança externa um grande País do Terceiro Mundo transpor a barreira do subdesenvolvimento e ser aceito no clube das economias centrais. Acabou o sonho do Brasil potência por intermédio do relacionamento consorciado com países centrais.

A difícil situação brasileira corresponde, é fato, a problemas internacionais. Alta do preço do petróleo, crise financeira, escassez de matérias-primas, tudo isto pode ser verdadeiro e ser incluído numa análise que vier a ser realizada do assunto. Mas é verdade também que está desabando a idéia, largamente difundida, de que os países centrais tinham interesse em obter um novo parceiro, forte, no seu relacionamento internacional. Os técnicos do FMI deixaram ontem o Palácio do Planalto sem falar muito. Disseram apenas que estão otimistas com as negociações.

O otimismo dos técnicos do FMI não corresponde necessariamente ao otimismo brasileiro. Ao contrário, depois da devassa que estão promovendo na escrituração das contas nacionais — uma atitude que chega perto de uma auditoria — as razões que eles podem ter para alegar uma eventual alegria devem estar distantes das razões do homem comum, aquele que votou nas últimas eleições pensando apenas em protestar contra a elevação do custo de vida.

Os motivos econômicos para a existência da crise já foram fartamente estudados ao longo dos últimos anos. Importante é perceber que o País, por opção ou omissão, caminhou no sentido desse im-

passe que poderá se transformar em dificilíma situação política. Não é fácil encontrar, entre as missões do FMI e a irritação dos banqueiros londrinos, o caminho mais apropriado para sair da crise. No entanto, sabe-se, agora, que a extensão da crise — negada com veemência por tanto tempo — é diretamente proporcional a admissão dos brasileiros em enveredar por esse caminho.

Vozes poderosas dentro do governo começam a postular por uma modificação de política. Não mais se trata daquela postulação retórica, originária de alguns oposicionistas, no sentido de mudar o modelo econômico brasileiro. Ao contrário, políticos do governo, legitimados pela eleição, farejam o cheiro de crise no ar. E diferente das crises anteriores, esta, que está por vir, não terá apenas conotação partidária. Trata-se de uma crise cambial de vastíssimas consequências no presente e no futuro do País.

Sem dúvida, as negociações entre o governo brasileiro e o FMI pertencem a seara técnica, mas as consequências que esse acordo vai produzir dentro do País pertencerão aos políticos. Eles, da situação ou da oposição, vão gerir esse contencioso grave e explosivo em que a situação econômica ameaça transformar o País. Sob esse aspecto, a oposição chega ao poder no momento mais difícil e o governo federal admite novos parceiros no domínio do mando do País na época em que atravessa uma de suas crises mais graves.

O Brasil já passou por crises semelhantes no passado. Há pouco mais de cem anos, o Império conheceu também uma fase de grande expansão econômica, que chegou a produzir um Visconde de Mauá, personagem que assistiu in loco o início da revolução industrial inglesa. Mauá voltou para o Brasil e começou a produzir no estaleiro de Ponta d'Areia, em Niterói, navios tão bons quanto os fabricados pelos ingleses. Em pouco tempo, uma crise cambial liquidou Mauá e os empresários nacionais que haviam acreditado na possibilidade de industrialização autônoma de um País de economia periférica.

O mínimo que se pode esperar do governante a esta altura é que os enganos do passado não sejam repetidos. Exemplos próximos como do Chile, Uruguai ou Argentina que sofreram processos nitidos de desindustrialização são muito recentes para serem esquecidos. A crise é uma realidade, mas os meios para contorná-la, mantendo intacta a indústria sediada no País, ainda não são conhecidos.

André Gustavo Stumpf